

**39º Encontro Anual da Anpocs**

**CASA-GRANDE & SENZALA E O MITO DA  
DEMOCRACIA RACIAL.**

GT28: PENSAMENTO SOCIAL NO BRASIL

PAINELISTA: MATEUS LÔBO DE AQUINO MOURA E SILVA<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Contato: mateuslobo@yahoo.com.br

## **Casa-grande & senzala e o mito da democracia racial**

**Resumo:** A história do pensamento social no Brasil remonta ao fim do século XIX com discussões acerca dos elementos formadores de um estado e de uma identidade nacional. Neste cenário, com a publicação do ensaio Casa-grande & Senzala, Gilberto Freyre é o primeiro a romper com o racismo científico e o determinismo geográfico vigentes na sociologia nacional até 1930, fato insuficiente, porém, para livrá-lo da pecha de teórico das oligarquias e do mito da democracia racial. Este trabalho propõe investigar como o conceito de democracia racial é operado por Freyre em Casa-grande & Senzala, mesmo não tendo sido expresso pelo autor na obra; em uma tradição marcada por discursos conflitantes, que ora veem o mito da democracia racial como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais, ora como uma constante lembrança de que a nossa sociedade foi formada em bases híbridas.

**Palavras-chave:** pensamento social brasileiro, democracia racial, identidade nacional, relações raciais.

*“É preciso fazer as perguntas certas, o que é muitas vezes mais difícil que encontrar respostas.” (Pe.Gianpolo Salvini)*

A compreensão de como se articulam os diferentes etos que compõem a nossa identidade nacional permanece como um campo desafiador das ciências sociais brasileiras desde o fim do século XIX. É uma tradição marcada por discursos conflitantes que frequentemente estabelecem como ponto de partida a discussão do conceito de “democracia racial”. Para Azevedo (1996), a sua história remontaria às lutas abolicionistas do fim do século XIX nos Estados Unidos e no Brasil com os movimentos emancipatórios de negros norte-americanos desenhado uma história comparada da escravidão nas Américas, em que a suposta brandura das relações entre senhores e escravos no Brasil realçava o preconceito e a discriminação contra africanos e seus

descendentes nos Estados Unidos. Como escreveu o abolicionista francês M. Quentin no século XIX, o Brasil teria escapado à violência de raça:

*“O que facilitará a transição [para um regime de mão de obra livre] no Brasil é que lá não existe nenhum preconceito de raça. Nos Estados Unidos e em Cuba todos os homens de cor, mesmo um liberto, são olhados de cima como inferior pelos homens de raça branca. Não há nada disso no Brasil: lá todos os homens livres são iguais; e esta igualdade não é só da lei, mas é também da prática cotidiana (...). A igualdade lá não é só um direito: é um fato.”* (QUENTIN apud AZEVEDO, 1996, p.156).

Não obstante, a opinião de que os escravos recebessem tratamento mais brando no Brasil vem desde o século XVIII. No século XIX, a principal fonte deste argumento eram os viajantes estrangeiros<sup>2</sup> que percorreram o país após a vinda da família real em 1808 (c.f. VERSIANI, 2007). Entretanto, é na obra seminal *Casa-grande & senzala* (CGS) de Gilberto Freyre que largamente a literatura<sup>3</sup> identifica a sistematização da ideia de uma democracia racial e a defesa da natureza diferencial da escravidão brasileira, embora o autor jamais tenha formulado o conceito ou usado a expressão no livro. Nesse contexto, Freyre, ao mesmo tempo em que teria se distanciado do racismo prevalecente nas ciências sociais do início do século XX e admitido de influência de diversas culturas para a formação de um caráter nacional, teria criado também uma imagem idílica do Brasil colonial.

*“O mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de Casa-grande & senzala, mas ganhou através dessa obra, sistematização e status científico (...). Tal mito tem o seu nascimento quando estabelece uma ordem, pelo menos do ponto de vista do direito, livre e minimamente igualitária.”* (BERNARDINO, 2002, p.251).

Um dos líderes desta interpretação da obra de Gilberto Freyre foi o sociólogo Florestan Fernandes. Ao mascarar um padrão opressivo das relações raciais no Brasil, Freyre expressaria um país tradicional avesso a admitir o preconceito e a discriminação

---

<sup>2</sup> “Em 1949, o pesquisador Rubens Borba de Moraes catalogou um total de 266 viajantes que haviam escrito sobre o povo, a geografia e as riquezas brasileiras. Desses, a grande maioria visitou o país nas décadas seguintes à abertura dos portos.” (GOMES, L. 2007, p.259).

<sup>3</sup> Ver ANDREWS (1997); BERNARDINO (2002); HOFBAUER, (2006); GOMES, T. (2007); MAIO, (1999a); A.GUIMARÃES (2002).

racial, enquanto os novos cientistas sociais dos anos 50, liderados por Fernandes<sup>4</sup>, representavam um Brasil contemporâneo que reconhecia suas iniquidades (VIOTTI, 1999).

*“Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um no seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática.” (FERNANDES, 1960, p. XIV)<sup>5</sup>.*

Se inicialmente a obra de Gilberto recebeu consagração imediata por caracterizar o Brasil “como uma civilização original, onde a miscigenação lançou as bases de um novo modelo de convivência entre raças, tendendo a neutralizar espontaneamente conflitos e diferenças” (CARVALHO, O., 2000), a partir dos estudos oriundos do Projeto Unesco<sup>6</sup>, do qual fazia Florestan Fernandes, reinterpreto-se Casa-grande & senzala como um fábula da convivência harmônica entre contrários, por meio de análises empíricas não só comprovando a existência de racismo no país, como também demonstrando que esta variável era um fator determinante das relações sociais no país.

A democracia racial freyriana, desse modo, seria uma reconstrução fantasiosa do passado nacional, uma ideologia de falsa ilusão definida pela “a ausência de preconceito e discriminação racial no Brasil e, conseqüentemente, pela existência de oportunidades econômicas e sociais iguais para negros e brancos” (HASENBALG, 1979, p.242).

---

<sup>4</sup> Em março do ano 2000, o jornal Folha de São Paulo publicou uma série de artigos por ocasião do centenário de nascimento de Gilberto Freyre. Em passagem do texto “Céu & inferno de Gilberto Freyre” de Mario Cesar Carvalho, é possível ler a seguinte declaração de Edson Nery da Fonseca, ex-secretário e estudioso freyriano: “Florestan Fernandes é o maior responsável pela imagem de reacionário de Gilberto. A USP não entendeu que Gilberto era pós-marxista. Ele dizia que Marx ficou datado após a automação.” (Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de março de 2000).

<sup>5</sup> Prefácio, in F.H. Cardoso e Octávio Ianni. “Cor e mobilidade social em Florianópolis”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

<sup>6</sup> O Projeto Unesco resultou de uma série de estudos, realizados em diferentes regiões do Brasil patrocinados pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e buscavam apreender as relações raciais singulares do Brasil como um exemplo radicalmente oposto ao da Alemanha de Hitler.

*“A ‘democracia racial’, no Brasil, foi mais um mito que uma realidade, ainda que o poder desse mito fosse significativo. A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. (...). (...) foi o ‘maior inimigo’ e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização.” (MARX, 1996, pp, 161-164).*

Entretanto, paralelamente a uma literatura denunciadora do sistema Casa-grande & senzala como a exaltação de um ambiente simulado e sem traços de desigualdades entre brancos e não-brancos e como legitimador de séculos de opressão oligárquica e estatal; floresceram também trabalhos que fixaram a obra freyreiana não como uma falsa enganação à serviço dos brancos, mas como uma meta, uma utopia de uma sociedade a-racista. O mito não impediria o racismo, mas o definiria como anátema, em que “as representações sociais são tão reais como é a realidade” (SCHWARCZ, 2006).

Anunciadas essas duas perspectivas acerca do conceito de democracia racial em Freyre, este trabalho propõe investigar como ele é operado em Casa-grande & senzala, mesmo não tendo sido expresso pelo autor na obra; em uma tradição marcada por discursos conflitantes, que ora veem o mito da democracia racial como um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais, ora como uma constante lembrança de que a nossa sociedade foi formada em bases híbridas.

### **Casa-grande & senzala: Uma visão anti-racista do Brasil**

Casa-grande & senzala foi publicada em 1933 por Gilberto Freyre e é classificada por muitos como sua obra-prima, o antropólogo Darcy Ribeiro a descreveu como: “o maior dos livros brasileiros e o mais brasileiro dos ensaios que escrevemos”. A obra valorizou a hibrididade da sociedade brasileira e rompeu com o racismo predominante nas ciências sociais pátrias (c.f. BASTOS, 2006). Até o elogio da miscigenação pelo nosso autor, a mistura étnica que no Brasil se processou, ora era encarada como a origem e a permanência do nosso atraso, ora como algo passageiro, pois a população estaria

embranquecendo durante o processo miscigenatório, havendo uma tendência à prevalência de caracteres brancos.

A construção freyriana supera isso ao atribuir a um regime alimentar deficitário o desenvolvimento físico comprometido do brasileiro, dando aos indivíduos a aparência de “caricaturas de homens”<sup>7</sup>. Regime resultante de um sistema latifundiário que privava a população do suprimento de víveres saudáveis e frescos; “por ele possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro, atribuídas exclusivamente à miscigenação e ao clima.” (FREYRE, 2006, pp. 95-96). Gilberto dá também grande atenção ao poder da sífilis em mais de três séculos de economia patriarcal, rebaixando o mestiço, exaurindo suas capacidades econômicas; “a sífilis fez sempre o que quis no Brasil (...). Matou, cegou, deformou à vontade. Fez abortar mulheres. Levou anjinhos para o céu. Uma serpente criada dentro de casa sem ninguém fazer caso do seu veneno.” (*Ibidem*, p.401). Freyrianamente, em resumo, a deficiência alimentar, condicionada por um regime econômico de produção escravocrata e monocultor, estancou a produção de gêneros alimentícios fundamentais à constituição de indivíduos sadios; aspecto potencializado pela sifilização da população, em que os negros eram vítimas dos abusos sexuais de senhores sem qualquer limite a suas autoridades pessoais.

Ademais, para Freyre, o transigir do colonizador com o índio e com o negro dependeu de características culturais portuguesas fundamentais. Destacando-se a mobilidade, a miscibilidade e a aclimatabilidade do português, ser “indefinido entre a Europa e a África”. A mobilidade deslocando, conforme as exigências religiosas e políticas de Lisboa, indivíduos da África para a América ou para a Ásia. A religião sendo muito mais relevante que a nacionalidade como critério de admissão na sociedade patriarcal portuguesa dos primeiros séculos do Brasil.

*“Repetiu-se na América, (...), o mesmo processo de unificação que na Península: cristãos contra infiéis. Nossas guerras contra os índios*

---

<sup>7</sup> No Prefácio à 1ª Edição de Casa-grande & senzala, Freyre relata ter presenciado o desembarque de marinheiros brasileiros pela neve do Brooklyn, NY, EUA. Estes homens deram a impressão ao autor de “caricaturas de homens”. Escreve ele: “E veio-me à lembrança a frase de um livro de viajante americano que acabara de ler sobre o Brasil: ‘*the fearfully mongrel aspect of most of the population*’. A miscigenação resultava naquilo. Faltou-me quem me dissesse então, como Roquette-Pinto aos arianistas do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes.” (FREYRE, 2006, p.31).

*nunca foram guerras de branco contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres. (...). A nenhum inglês nem flamengo o fato, em si da nacionalidade ou da raça, impediu que fosse admitido na sociedade colonial portuguesa da América no século XVI. O que era preciso era que fosse católico-romano ou que aqui se desinfetasse com água benta da heresia pestífera. Que se batizasse. Que professasse a fé católica, apostólica, romana.” (FREYRE, 2006, pp. 269-277).*

Os períodos iniciais da colonização seriam marcados por uma heterogeneidade étnica europeia, predominando apenas a língua como algo originalmente português e a exigência de ser católico. Freyre ressalta também a fácil adaptação do português a meios físicos tão diversos aos da Europa, havendo mesmo uma *predisposição* no português em se adaptar a interações mesológicas estranhas a sua terra natal; isto influenciado por um Portugal que “nas condições de solo e de temperatura (...) [é] antes África que Europa”. (*Ibidem*, p. 71).

O português colonizador já seria um ser marcado pela mistura étnica, um mestiço resultante de contatos com os povos invasores da Península Ibérica provenientes do Norte da África e praticantes da fé islâmica. Assim, o próprio passado étnico e cultural do português já o teria condicionado a não possuir consciência de raça, a não possuir restrições para “misturar-se gostosamente” com outros povos que não o europeu. Portugal, também argumenta nosso autor, sempre foi uma terra de população escassa, porém tomada por excessos expansionistas; o transigir com a mulher indígena e, posteriormente, com a africana era o único meio de viabilizar a tarefa colonizadora dos trópicos.

*“A escassez de capital-homem supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade, (...), em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (...). Quanto a miscibilidade, nenhum povo colonizador dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto os portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas (...). A miscibilidade mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.” (FREYRE, 2006, p.70).*

Grau de mestiçagem que se manteve permanente durante toda nossa história íntima, circunstância que fazia do sistema de classificação nacional “pluralista e multirracial, em contraste com o rígido sistema birracial dos Estados Unidos.” (SKIDMORE, 2012, p.81). Realidade que tem sido comprovada por pesquisas recentes de genética molecular e genética de populações.

### **Ausência de conflitos?**

Engana-se, contudo, quem acredita que o contato do homem português com a mulher indígena e com a africana é descrito brandamente por Gilberto Freyre; estas são relações para ele de superiores e inferiores; ele trata a entrada do colonizador no meio indígena como uma intrusão, a voluptuosidade atribuída à mulher negra era para ele senão originada na corrupção de mulheres que deveriam produzir novos trabalhadores para o eito e para a escravidão doméstica. A colonização em Casa-grande & Senzala é fortemente afetada pela escravidão que atuou para reduzir a fisionomia moral dos tempos patriarcais, onde o africano era submetido a um regime de servidão e forçado a interagir num ambiente diverso de sua cultura.

*“Sempre que consideramos a influência do negro sobre a vida íntima do brasileiro, é a ação do escravo, e não a do negro por si que apreciamos. (...) Ao lado da monocultura, [a escravidão] foi a força que mais afetou a nossa plástica social. Parece às vezes influência de raça o que é influência pura e simples do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos. O negro nos aparece no Brasil, através de toda nossa vida colonial e da nossa primeira fase independente, deformado pela escravidão. (...) O negro deve ser julgado pela atividade industrial por ele desenvolvida no ambiente de sua própria cultura, com interesse e entusiasmo pelo trabalho.” (Ibidem, 2006, p.397).*

Jessé Souza (2000b) chama atenção para o fato de a sociedade descrita por Freyre ser um ambiente profundamente perpassado pelo autoritarismo patriarcal. O sistema Casa-grande & senzala dependia não só de uma extrema hierarquização das relações sociais, mas também da função nele desempenhada pelos indivíduos, podendo mesmo uma mulher assumir as funções de chefe de família, desde que funcionalmente encarada como patriarca.



*“Com isso Gilberto está evidentemente dizendo não que o sistema não era injusto ou despótico, mas apenas que ele era sociologicamente flexível (...), desde que o princípio estruturante, personalista, privatista e familístico fosse mantido. (...) Fazia parte mesmo da flexibilidade do sistema o abandono de características segregadoras a partir da dimensão biológica, tão determinante em outros sistemas com características semelhantes, em favor de uma sobredeterminação sociológica ou funcional. (...). Assim, a realização diferencial de certos fins e valores considerados de utilidade social inquestionável era mais importante, por exemplo, que a cor da pele do indivíduo em questão.”* (SOUZA, 2000b).

De modo que a sociedade racial e culturalmente híbrida descrita por Freyre teria origem em relações de opressores e oprimidos, não significando um arranjo em que prevaleceriam a igualdade entre culturas e etnias diversas. “Houve domínio e subordinação sistemática, (...), houve perversão do domínio no conceito limite do sadismo”. (*Ibidem*, 2000b). Apesar disso, a bem da verdade, quando Freyre descreve os antecedentes e predisposições que levaram ao sucesso do empreendimento português nos trópicos, ele chega a classificar o português como “o menos cruel nas relações com os escravos” (FREYRE, 2006, p. 265); entretanto, isso não significava um ambiente pacífico para o autor, o interesse dele recai sobre as zonas de aproximação entre heranças étnicas e culturais tão diversas quanto as formadoras da nossa identidade nacional.

Ricardo Benzaquen de Araújo, em entrevista à Revista de História da Biblioteca Nacional, questionado sobre a questão da democracia racial em CGS a define como:

*“Na verdade, no período dos anos 30, a noção de democracia racial não me parece muito presente. O próprio Gilberto não utiliza essa expressão em Casa-grande & senzala. É evidente que ele poderia perfeitamente não empregar o termo, mas estar operando com o conceito. No entanto, não vejo dessa maneira. Quando se trata da escravidão, por exemplo, ele vai sempre insistir no fato de que ela não só é muito presente como também implica uma característica que lhe é inerente, o despotismo, o controle absoluto do escravo pelo senhor. E esse controle pode ser concretizado de maneira mais ou menos branda ou cruel. Não importa. O que importa é a assimetria essencial entre um e outro. O ponto dele é que a distância, característica de uma relação mais despótica, era até reduzida pela importância concedida às paixões, mas estas não tinham a menor condição de diminuir efetivamente o despotismo típico do cativo. O despotismo se mantém, mas é exercido entre dominadores e dominados que também cultivavam vínculos de alguma intimidade. Um argumento muito interessante para*

*quem vinha de uma tradição na qual a ideia de escravidão estava colada à noção de reificação, de lidar com os seres humanos como se fossem coisas.”* (Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, n.58, julho de 2010)

Freyre aponta também que a experiência com a escravidão moura no período das guerras santas teria capacitado os portugueses à colonização agrícola e escravocrata e lhes ensinado uma “afabilidade” no tratamento dos escravos. Experiência que para Souza (2000a) representaria a singularidade do sistema escravagista apresentado em Casa-grande & senzala, juntamente com a exaltação da poligamia como importante fator agregador da sociedade patriarcal, quando a escravidão aos moldes mouros era baseada em um sistema doméstico, permitindo a geração de filhos que mesmo ilegítimos poderiam ser aceitos como parte da família colonial, “no caso de aceitação da fé, dos rituais e dos costumes do pai” (SOUZA, 2000a, p.80).

É como se a escravidão ao estilo árabe e a família poligâmica explicassem a interlocução entre desiguais, funcionando como uma zona de aproximação entre senhores e escravos, argumento que se assemelha à exegese *Guerra e Paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30* do já citado Ricardo Benzaquen. O ineditismo de Gilberto, para Benzaquen, residiria no fato dele reconhecer o valor da contribuição cultural indígena e negra para a formação de uma identidade legitimamente brasileira e de articular um sentimento de comunidade a partir de um “equilíbrio de antagonismos”. Expressão cara a Freyre, sempre aparecendo para indicar que a nossa experiência colonial não se construiu em polos estanques, mas com a interpenetração de experiências culturais diversas, como quando escreve sobre o processo de formação da língua portuguesa:

*“Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padremestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. (...) A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza de antagonismos equilibrados.”* (FREYRE, 2006, pp. 417-418).

Tais antagonismos em equilíbrio, lembra Araújo, sendo uma apreensão da história que tende a harmonização da realidade social, não no sentido da simetria, da ordem, mas antes simbolizando um acordo, um ajuste entre partes conflitantes. Diferindo o brasileiro do anglo-saxão, “duas-metades inimigas, a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo (...), somos [os brasileiros] duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completamos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro.” (*Ibidem*, p.418). A miscigenação funcionando como força motriz para reduzir antagonismos, como uma forma de conquista do português sobre as populações que eles escravizaram, mas também como forma de intercâmbio; “o sexo apontando para uma prática capaz de diminuir e equilibrar divergências, ainda que sem condições, (...), de erradicá-las completamente” (ARAÚJO, p.85), ou nas palavras do próprio Freyre.

*“(...) os europeus e seus descendentes tiveram (...) de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor – de ‘superiores’ com ‘inferiores’ (...). A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação.” (FREYRE, 2006, p.33).*

### **Escavidão branda, uma abordagem econômica**

A escavidão além de sustentar com a força física de mulheres e homens a agricultura e os serviços urbanos, como era o caso dos “escravos de ganho”, se embrenhava na vida social de tal modo que não havia regiões no país em que não houvesse escravismo.

*“(...) como escreveu Joaquim Nabuco, a escravidão não tinha preconceito de cor. Até mesmo libertos costumavam possuir escravos, e houve casos de escravos donos de escravos. Testemunho da força da escravidão é o fato de que nenhuma das muitas revoltas regenciais propôs sua abolição. Quando os malês se rebelaram em 1835, buscavam a liberdade apenas para os irmãos de fé mulçumana”.* (CARVALHO, J.M, 2007, p.130).

Versiani (2007) demonstra que esse sistema gozava de racionalidade e fazia uso muitas vezes da não-violência para extrair trabalho da mão de obra escrava, a escravidão assim, além de mecanismo de perpetuação do mando e da violência, era um instrumento de maximização da produção, “desde que a produtividade líquida do trabalho escravo seja superior à do trabalho livre” (VERSIANI, 2007, p. 171). O que não era difícil no Brasil pré-república, em que o indivíduo submetido ao regime de servidão não controlava seu tempo de trabalho e era tutelado pelos desejos de produção do seu senhor. Nesse sentido, nem sempre o regime de servidão estava amparado em coerção, podendo o proprietário usar diversos tipos de controle e ações de monitoramento para obtenção do maior grau possível de produção, a depender se as atividades do escravo eram intensivas-em-esforço ou intensivas-em-habilidade.

Em tarefas intensivas-em-esforço, Versiani esclarece, prevalece o uso da força física e elas podem ser estimadas em termos quantitativos, abarcando atividades como cavar, quantidade de cana colhida, área roçada, etc. O controle violento dessas atividades por um feitor, por exemplo, teria maior margem de sucesso, sendo a coerção meio eficaz para maximizar a produção. Em tarefas intensivas-em-habilidade, as atividades desempenhadas requerem cuidado na execução, o componente qualitativo é mais importante e envolve ofícios como o artesanato, o pastoreio de animais, a extração de minerais, a escravidão doméstica e a escravidão urbana. Para Versiani, o que é relevante é até que ponto o argumento de Freyre, no que diz respeito a maior brandura da nossa escravidão, são generalizáveis a todo o sistema escravagista, fato que estaria sendo comprovado pelos estudos de história econômica dos últimos 20 anos.

Esses estudos evidenciariam que o escravo típico brasileiro não era o trabalhador de grandes lavouras, onde prepondera a violência, mas antes era um cativo trabalhando em pequenos plantéis para donos de poucos escravos. Embora nesses plantéis as atividades fossem também do tipo intensivas-em-esforço, o número reduzido de homens

desempenhando o serviço faria com que seus senhores, estando mais próximos dos cativos e não tendo intermediários, estabelecessem laços de cooperação com eles ao modo de tarefas-intensivas em habilidade, pois em uma propriedade com escasso número de empregados é quase impossível o senhor controlar cotidianamente a correta execução das atividades de manutenção de sua propriedade sendo levado, se quiser maximizar sua produção, a um tratamento mais ameno da escravaria. Versiani conclui:

*“(...) no estado atual de conhecimento, a tese de que a escravidão brasileira tenha sido relativamente pouco coercitiva não pode ser descartada de forma simplista como mera manifestação de ideologia escravocrata ou resquício da propaganda antiabolicionista. A tese tem apoio conceitual na teoria econômica e, em várias situações, suporte empírico. Considerando a questão sob outro ângulo: pode-se hoje dizer que afirmativas genéricas na direção oposta — no sentido de que o tratamento de escravos, no Brasil, tivesse sido caracterizado pelo uso universal de força e violência física como forma de obter do escravo o desempenho desejado — são, à luz da evidência disponível, historicamente incorretas.” (VERSIANI, 2007, p.180).*

### **Do ideal de branqueamento ao mito da democracia racial**

A construção de uma identidade nacional brasileira tem início a partir de meados do século XIX, quando o processo de independência já estava consolidado e as revoltas regenciais superadas. É um período em que se buscava conceber um perfil genuíno do Brasil, capaz de assegurar uma identidade ao país no conjunto das nações e uma percepção interna homogênea principalmente entre as elites dominantes (GUIMARÃES, M, 1988).

Nesse construto, a ideia de raça teve ampla relevância, em uma abordagem onde o ressentimento e a “transvalorização de valores” foram preponderantes. Transvalorização de valores significando uma exaltação positiva dos tipos identificados como nativos, em detrimento dos valores autóctones de outras nações, os quais, porém, são tomados como objeto de imitação (NASCIMENTO, 2003). O que fez com que a personalidade nacional em princípios do século XX estivesse marcada pela cópia de padrões ocidentais de progresso, mas também por um ressentimento em relação ao desenvolvimento europeu, desenvolvimento relacionado a cor de pele branca daqueles povos.

Nesta atmosfera, o “racismo científico” imperava na produção sócio-antropológica da época, constituindo uma forma de justificação do colonialismo e da supremacia dos povos colonizadores, os quais supostamente transmitiriam sua cultura geneticamente aos seus descendentes de mesmo “grau racial” (cf. BENJAMIN, 2002; DA MATTA, 1987). Entretanto, como já descrito, a adaptação do português ao Brasil foi um processo assimilacionista, em que o intercuro com os povos dominados era o único meio de garantir o sucesso do empreendimento colonial, à diferença dos ingleses, como recorda Peter Fry:

*“Os colonizadores britânicos, com seu poderio econômico e técnico, não precisavam fazer aliança com seus conquistados. Os colonizadores portugueses, por outro lado, por causa da sua relativa fraqueza e pela falta de mulheres, eram obrigados a dominar por meio de casamentos com seus conquistados. Não conseguindo impor sua cultura sobre os dominados, seriam obrigados a optar pelo subterfúgio de transformar a cultura dos dominados em cultura nacional.”* (FRY, 2005, p.158).

Certamente, nesse cenário não era possível viabilizar a “pureza racial” prescrita por cientistas da raça como Gobineau<sup>8</sup>. Sendo a solução intelectual nacional a “ideologia do branqueamento”, decodificada em “Preto no Branco”, 1976, de Thomas Skidmore. A teoria do branqueamento, todavia, ainda tomava a mestiçagem como algo fundamentalmente negativo, apenas podendo ser depurada com um “melhoramento” branco.

*“(...) o ideal de branqueamento tornou-se parte do projeto das elites dominantes para transcender o subdesenvolvimento. O ideal (...), já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização ex-post do avanço do estágio da mestiçagem racial da população do país, como também refletia o pessimismo racial do fim do século XIX.”* (HASENBALG, 1979, p.238).

Mas se a teoria do branqueamento foi a solução brasileira aos pressupostos do racismo científico que vigorariam até a terceira década do século XX; “o mito da democracia racial”, supostamente construído por Freyre, foi para muitos a nova justificativa para o sucesso pátrio, pois os avanços da ciência no período demonstraram a irrelevância de “caracteres raciais” para o insucesso das nações, fazendo-se necessário

---

<sup>8</sup> “Filósofo social e diplomata francês (1816-1882). Foi embaixador no Brasil. Assentou as bases do racismo que dominou a Alemanha Nazista.” (Dicionário de Sociologia, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1974, p.153).

um novo arranjo teórico fornecedor de uma identidade nacional, que foi representado em Casa-grande & senzala. (cf. SKIDMORE, 2012, p.287; ANDREWS, 1997).

Emília Viotti da Costa (1999) argumenta, por exemplo, que o quadro das relações raciais retratado em Freyre expressa um cenário idílico que se difundiu não só entre as elites brancas, mas também entre muitos negros brasileiros. Difusão apoiada em um sistema de clientela e patronagem em que:

*“A mobilidade social era não obtida por meio da competição direta no mercado, mas por meio de um sistema de patronagem no qual a palavra decisiva pertencia à elite branca. Segura de suas posições, (...), imbuída de um conceito hierárquico de organização social que santificava as desigualdades sociais e enfatizava as obrigações recíprocas (...), a elite brasileira não temia a população de negros livres (...). Os negros podiam ascender na escala social apenas quando autorizados pela elite branca.” (VIOTTI, 1999, p.379).*

Note-se que nesta leitura a ascensão do elemento negro era condicionada pela aceitação dos modos e costumes brancos e pela incorporação dominante sobre o problema racial brasileiro, ou seja, a sua inexistência. Além disso, a promoção do negro ao meio social branco seria um modo das nossas elites evidenciarem a possibilidade de mobilidade social negra, desde que obedecidos certos regulamentos, desde que os elementos subalternos assimilassem o mito da democracia racial. Para A.Guimarães (2001), Vargas na política, Freyre nas ciências sociais e os demais modernistas nas artes e literatura, formariam uma elite responsável pelo desenho de uma nova solução para a questão racial no Brasil, pois durante a República Velha a preocupação social reinante foi produzir uma europeização dos costumes, por meio do branqueamento da população e da importação de mão de obra europeia enquanto uma enorme massa de mestiços eram deixados à margem do mercado de trabalho.

*“Meu entendimento é que devemos ver na ‘democracia racial’ um compromisso político e social do moderno estado brasileiro, que vigeu, alternando força e convencimento, do Estado Novo de Vargas até o final da ditadura militar. Tal compromisso consistiu na incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho, na ampliação da educação forma, enfim na criação das condições infraestruturais de uma sociedade de classes que desfizesse os estigmas criados pela escravidão. A imagem do negro enquanto povo e o banimento, no pensamento social brasileiro, do conceito de ‘raça’, substituído pelos*

*de 'cultura' e 'classe social', são expressões maiores desse compromisso.” (GUIMARÃES, A., 2001, p.137).*

O mito da democracia racial serviria, por conseguinte, para desarmar uma “bomba étnica”, ao amainar um potencial conflito entre brancos e não-brancos, cegando os indivíduos negros com uma falsa impressão de que faziam parte da comunidade nacional, enquanto a estrutura de privilégios que historicamente os discriminou era mantida. Hasenbalg (1996) ressalta também que com a influência dos movimentos por direitos civis nos EUA e a formação de uma classe média negra deu-se a efetivamente a consolidação de um campo de estudos claramente crítico a Gilberto Freyre e a seus seguidores no fim dos anos 70.

*“A partir dos anos 70, o conceito raça através, entre outros, da influência da discussão norte-americana, ganha renovada importância política no Brasil, funcionando como instrumento de ruptura da homogeneidade construída simbolicamente pela política da mestiçagem, como se se tratasse de dissociar os grupos socioculturais fundidos na simbologia da nação mestiça. Assim, o conceito de raça se transforma em instrumento de mobilização política, em construção discursiva que deve fazer dos diferentes estratos populacionais afrodescendentes (...) um coletivo político capaz de enfrentar as desigualdades raciais. (...) O que se tem é uma estratégia política de delimitação e mobilização de grupos populacionais que, (...), continua sistematicamente discriminado.” (COSTA, 2001, p.150).*

Contudo, isso não impediu o surgimento de trabalhos que viram na obra de Freyre não uma fábula à serviço de uma elite branca, mas uma meta a ser a buscada, como uma bula prescrevendo tolerância e que revelaria que nossa sociedade foi constituída sobre a hibridez e não em polos bicolores, como as sociedades dos Estados Unidos ou da África do Sul [c.f. DA MATTA (1996); FRY (2005); MAGGIE (2010); REIS (1996)]. Exemplos disso seriam os casamentos mistos – difundidos no Brasil desde o primeiro século de colonização, como revela pormenorizadamente Gilberto; a ausência de segregação legal após a Abolição e a inexistência de conflito e de consciência de raça durante toda nossa formação nacional. Evidentemente, isso não implica dizer que no Brasil não há racismo. Ele existe, como em qualquer grupamento humano, mas não teria sido suficientemente poderoso, pela história de intercurso legada pela miscigenação, para que a sociedade nacional se formasse a partir de critérios raciais.



De acordo com Andreas Hofbauer (2006), assim, há duas vertentes preponderantes nos estudos sobre relações raciais no Brasil. A primeira é ligada a uma tradição sociológica que concentra sua análise a partir de assimetrias socioeconômicas entre brancos e não-brancos e caracteriza a “democracia racial” como uma falsa ilusão e uma segunda é ligada à Antropologia Social e Cultural e se dedica ao estudo das ideias e padrões culturais que uma sociedade toma como sua expressão fundamental.

*“Quando se aborda o ‘mito da democracia racial’ de um ponto de vista mais antropológico, quer como estatuto para a ação social quer como sistema ordenado de pensamento social que encerra e expressa entendimentos fundamentais a respeito da sociedade, ele pode então ser compreendido não tanto como ‘impedimento’ à consciência social, mas como base do que a raça ainda significa de fato para a maioria dos brasileiros.” (FRY, 2005, p.225).*

Essa segunda abordagem vê no “mito da democracia racial” não uma construção fantasiosa ou um mecanismo de perpetuação das hierarquias sociais do Brasil Colonial até os dias atuais; mas a vê antes como uma constante lembrança de que a nossa sociedade foi formada em bases híbridas, onde a cor da pele dos indivíduos não impediu uma relevante identidade e integração entre dominadores e dominados; “os candomblés, as macumbas, os espiritismos contemporâneos são o resultado de embates e negociações entre elite e povo, brancos e negros, letrados e iletrados ao longo dos anos.” (*Ibidem*, p.162). Sendo essa uma apreensão nascida a partir de Casa-grande & senzala e seus antagonismos em equilíbrio, de suas zonas de integração e de tolerância convivendo lado a lado com a perversidade típica do sistema escravocrata, porém zonas fortes o suficiente para não gerar no Brasil grupos étnicos estanques.

A mestiçagem sendo nessa perspectiva o único modo de gerar uma força democratizante entre senhores e escravos no passado e de produzir no presente uma memória da igual contribuição branca, indígena e negra para a formação da nacionalidade. Não assumir isso, para os sociólogos Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant, em *Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista*, nos estudos no Brasil sobre “raça”, é sucumbir ao imperialismo cultural dos Estados Unidos e seus particularismos históricos traduzidos em categorias binárias de branco e negro. Isso porque, tais categorias não respeitariam os códigos e princípios da sociedade brasileira, pois no Brasil, embora haja

racismo, a incidência de preconceito de cor não levaria a uma divisão social em que brancos oprimem deliberadamente negros.

*“No Brasil, a identidade racial define-se pela referência a um continuum de ‘cor’, isto é, pela aplicação de um princípio flexível ou impreciso que levando em consideração traços físicos como a textura dos cabelos, a forma dos lábios e do nariz e a posição de classe (principalmente, a renda e a educação), engendram um grande número de categorias intermediárias (mais de uma centena foram repertoriadas no censo de 1980) e não implicam ostracização radical nem estigmatização sem remédio. Dão testemunho dessa situação, por exemplo, os índices de segregação exibidos pelas cidades brasileiras, nitidamente inferiores aos das metrópoles norte-americanas, bem como a ausência virtual dessas duas formas tipicamente norte-americanas de violência racial como são o linchamento e o motim urbano.”* (BOURDIEU & WACQUANT, 2002 [1998], p. 20).

Em perspectiva semelhante, o jornalista Ali Kamel, em *Não somos Racistas: Uma reação aos que querem nos transformar em uma nação bicolor*, refuta a “tese racialista” de que somos uma sociedade dividida entre negros e brancos – atribuída por Kamel às ações governamentais dos anos Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República e aos órgãos internacionais de fomento à pesquisa, como a Fundação Ford. Para ele, a miscigenação retratada em *Casa-grande & senzala* gerou uma sociedade em que o racismo não é um traço dominante. Kamel também ressalta que os estudos que mostram as desigualdades sociais do Brasil como produto do racismo são inexatos. Eles baseiam-se, escreve, em estatísticas que mostram que os brancos seriam 34.2% dos pobres brasileiros, enquanto os negros seriam 65.8% do total dessa população. Entretanto, segundo o IBGE, dos 56,8 milhões de pobres, os negros são 7,1 % e não 65,8% e os pardos são 58,7%. Portanto, conclui Kamel “se a pobreza tem uma cor no Brasil, essa cor é parda” (KAMEL, 2006, p.49). Nesse sentido, o racismo não seria o maior problema nacional, amplamente depurado pelos efeitos sociais da miscigenação, mas sim a pobreza e o modelo econômico que por décadas concentrou renda, onde os que eram pobres permaneceram pobres ou ficaram ainda mais pobres, e os que eram ricos, ricos ficaram ou enriqueceram ainda mais<sup>9</sup>. A única saída para isso seria uma ampla reforma da

---

<sup>9</sup> À semelhança de Kamel, o economista Carlos Lessa argumentou no artigo *O Brasil não é Bicolor* para o jornal Valor Econômico: “Gerações de pardos e pretos nasceram na pobreza e nela permaneceram por uma observação banal: quem nasce pobre tem mais alta probabilidade de vir a ser pobre. Não é o racismo que explica esta situação. Mestiços foram dignitários do Império. O mulato barão de Cotegipe foi chefe de

educação fornecendo igualdade de condições a todos os brasileiros, independentemente de suas colorações corporais e sem um sistema de ações afirmativas, como as cotas raciais, que privilegiaria uns em detrimento de outros. Isso porque, o sistema de cotas estaria em contradição com histórico de miscigenação do país, onde é impossível discernir quem é e quem não é de determinada cor. Nas palavras de César Benjamin:

*“Os elementos culturais e ideológicos racistas, que subsistem entre nós, não interromperam nem conseguirão interromper o processo de construção de uma sociedade mestiça, cuja unidade tem sido dada pela capacidade de criar e recriar uma cultura de síntese. Mesmo assim, aqueles elementos precisam ser combatidos. Mas definir cotas será o melhor caminho? Devemos fixar o que não é fixo, separar o que não está separado? Quem é negro e quem é branco no Brasil? Onde está a fronteira entre ambos? E os brancos pobres, que são muitos como ficam?”* (BENJAMIN, 2002).

Conclusivamente, essa é uma abordagem do mito da democracia racial que reconhece a existência de racismo no Brasil, mas não o concebe como nossa força estruturante. Prova disso seriam as identidades multidimensionais do brasileiro, construídas em 500 anos de miscigenação; um sistema de “classificação racial” indefinido entre diversos matizes e a constituição de uma sociedade baseada em hierarquias sociais, esta fortemente influenciada pela classe e não pela cor das pessoas. O “mito da democracia racial” seria uma lembrança constante que Gilberto Freyre legou ao Brasil contemporâneo de que somos uma sociedade construída pelo desejo de negar categorizações raciais; somos um país de miscigenados que apostou na convivência e aceitação de diferentes “raças”, culturas e religiões.

### **Considerações finais**

Desenvolveram-se acima dois argumentos: primeiro, os estudos sobre relações raciais no Brasil partem recorrentemente da ideia de democracia racial para analisar as iniquidades brasileiras quanto a questões raciais. Estudos que muitas vezes justificam em Casa-grande & senzala a sistematização de um mito da ausência de conflitos entre brancos e não-brancos como uma ideologia nacional. Buscamos analisar passagens que

---

gabinete de D. Pedro II. Provavelmente possuía escravos.” (Valor Econômico, São Paulo, 25 de outubro de 2006).

evidenciassem isso assumida, ou seja, Casa-grande & senzala revela o mito fundador da nacionalidade e condutor, positivamente ou não, dos estudos raciais no Brasil. Recorremos não só a obra, mas também a comentadores, procurando demonstrar que se há uma convergência na literatura especializada de que Gilberto é o formulador máximo de uma ideia de democracia racial, não há consenso sobre o que o conceito exprimiria. Daí que as abordagens de Casa-grande & senzala podem se dividir em duas, a primeira vê na obra a defesa de um ambiente de desigualdades e uma segunda enxerga nela a idealização de um horizonte utópico, trazendo a contínua lembrança de um país fundado num caldeirão cultural e não grupos estanques. Certa, ilusória ou incompleta, o fato é que Casa-grande & senzala permanecerá, pois, como os melhores clássicos, a obra ainda consegue explicar parte do nosso passado e do presente. Ou como escreveu Nelson Rodrigues sobre Gilberto Freyre:

*“Gilberto Freyre fez uma obra para sempre. (...). Daqui a duzentos anos, Gilberto Freyre estará cada vez mais vivo; e sua figura terá a tensão, a densidade, a atualidade da presença física.”* (RODRIGUES, 2008, p.224).

### **Referências Bibliográficas**

ANDREWS, George Reid. “Democracia racial brasileira 1900-1990: um contraponto americano”. *Estud. av.*, São Paulo, v. 11, n. 30, 1997.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30”. São Paulo: Editora 34, 2005.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. “O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro”, *Estudos afro-asiát.*, n.30, 1996.

BENJAMIN, CÉSAR. “Tortuosos caminhos”. *Caros Amigos*, nº63, 2002.

BERNARDINO, Joaze. “Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil”. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002.

CARVALHO, José M. “Dom Pedro II”. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Mario Cesar. “Céu & inferno de Gilberto Freyre”. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de março de 2000.

CARVALHO, Olavo de. “Gilberto Freyre na USP”. O Globo, 26 de agosto de 2000.

COSTA, Emília Viotti da. “Da monarquia a república: momentos decisivos”. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Sérgio. “A mestiçagem e seus contrários: etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo”. Tempo soc., São Paulo, v. 13, n. 1, 2001.

Dicionário de Sociologia, Rio de Janeiro: Editora Globo, 1974, p.15.

FRENCH, John. “Passos em falso da razão antiimperialista: Bourdieu, Wacquant, e o Orfeu e o Poder de Hanchard”. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002.

FREYRE, Gilberto. “Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal”. São Paulo: Global, 2006.

FRY, Peter. “A persistência da raça. Ensaios antropológicos entre o Brasil e a África austral”. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

\_\_\_\_\_ “Ciência social e política 'racial' no Brasil”. Revista da USP, São Paulo, n. 68, p. 180-187, dez. 2005 e jan./fev. 2006.

FRY, Peter (Coord.). “Divisões perigosas: políticas raciais no Brasil contemporâneo”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DA MATTA, Roberto. “Digressão: A fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: Relativizando: uma introdução à antropologia social”. Rio de Janeiro, Ed. Rocco, 1987.

\_\_\_\_\_ “Notas sobre o racismo à brasileira”. in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Ed. Paralelo 15, Brasília, pp. 69-74, 1997.

DORTIER, Jean-François. “Dicionário de ciências humanas”. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, Florestan. “Prefácio”, in F.H. Cardoso e Octávio Ianni. “Cor e mobilidade social em Florianópolis”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

GOMES, Laurentino. “1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil”. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

GOMES, Tiago de Melo. “Afro-Brasileiros e a Construção da Ideia de Democracia Racial nos Anos 1920”. Linhas, vol. 8, n.1, Santa Catarina, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. “A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos)”. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 13(2): 121-142, 2001.

\_\_\_\_\_. “Classes, raças e democracia”. São Paulo: Ed. 34, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. “Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional.” Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.1, 1988.

HASENBALG, Carlos. “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil”. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. “Entre o Mito e os Fatos: racismo e Relações raciais no Brasil” In: Revista Dados – Ciências Sociais, v. 38, n. 2. 1996.

HOFBAUER, Andreas. “Ações afirmativas e o debate sobre racismo no Brasil”. Lua Nova, São Paulo, n. 68, 2006.

KAMEL, Ali. “Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

LEHMANN, David. “Gilberto Freyre: a reavaliação prossegue”. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 14, n. 29, 2008.

LESSA, Carlos. “O Brasil não é uma nação bicolor”. Valor Econômico, São Paulo, 25 de outubro de 2006.

LEWGOY, Bernardo. “Do racismo clássico ao neo-racismo politicamente correto: a persistência de um erro”. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, 2006.

MAGGIE, Yvonne. “Uma nova pedagogia racial?”. Revista USP. São Paulo, n.68, p. 112-129, dez./fev., 2005-2006.

MAGGIE, Yvonne; FRY, Peter. “A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras”. Estud. av., São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

MAIO, Marcos Chor. “O dilema entre o 'Paraíso' e o 'Inferno’” tr. Hist. cienc. saude-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1995.

MAIO, Marcos Chor. “Tempo controverso: Gilberto Freyre e o Projeto UNESCO”. Tempo soc., São Paulo, v. 11, n. 1, 1999.

\_\_\_\_\_. “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50”. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 14, n. 41, 1999.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. “Política de cotas raciais, os "olhos da sociedade" e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB)”. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005.

MARX, Anthony. “A construção da raça no Brasil: Comparações históricas e implicações políticas” in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp.157-167, 1997.

NASCIMENTO, Paulo. “Dilemas do Nacionalismo”. In: BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais nº. 41. São Paulo: ANPOCS, 1996.

REIS, Fábio Wanderley. “Mito e valor da democracia racial” in SOUZA, Jessé (org.). Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil – Estados Unidos. Brasília: Ed. Paralelo 15, pp. 221-232, 1997.

Ribeiro, Darcy. “Gentildades”. São Paulo: Ed. L&PM Pocket, 1997.

RODRIGUES, Nelson. “O reacionário: memórias e confissões”. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

SALES JR., Ronaldo. “Democracia racial: o não-dito racista”. Tempo soc., São Paulo, v. 18, n. 2, 2006.

SOUZA, Jessé. “Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira”. Tempo soc., São Paulo, v. 12, n. 1, p. 69-100, May 2000a.

\_\_\_\_\_. “Democracia racial e multiculturalismo: ambivalente singularidade cultural brasileira”. Estud. afro-asiát., Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000b.

SKIDMORE, Thomas E. “Fato e mito: descobrindo um problema racial no Brasil”.  
Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 79, pp. 5-15, 1991

\_\_\_\_\_ “Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento  
brasileiro”. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o  
Brasil e a África austral”. Horiz. antropol., Porto Alegre, v. 12, n. 25, 2006.

VERSIANI, Flávio Rabelo. “Brazilian Slavery: toward an Economic Analysis”. Revista  
Brasileira de Economia 48(4): 463-478, 1994.

\_\_\_\_\_ “Escravidão "suave" no Brasil: Gilberto Freyre tinha  
razão?”. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 27, n. 2, 2007 .